

Variação e evolução da palavra gráfica: o testemunho dos textos metalinguísticos portugueses do século XVI

MARIA HELENA PAIVA
(Universidade do Porto)

A referência às alterações introduzidas na delimitação das unidades gráficas mínimas do texto originário constitui um momento esperado na edição de textos medievais e, genericamente, antigos.

A maior parte dos editores considera implicitamente essas diferenças, relativamente ao código gráfico actual, como variantes “banais” (Cf. W. Van Hoeske, 1994, p. 965) e portanto descuráveis, reflectindo a concepção explicitada por Avelino de Jesus da Costa de que “os escribas medievais aglutinavam ou cortavam arbitrariamente diversas palavras.” (1982, p. 29).

Aquilo que constituiu um dos mais importantes progressos da linguística ao longo do século XIX, a distinção entre grafia e fonia e, em consequência, a tomada de consciência do carácter secundário da escrita (no duplo sentido de ‘segundo’ e de ‘menos importante’) e, correlativamente, o propósito de atingir o plano fónico, projectaram-se na desatenção relativamente à grafia e, no âmbito desta, à palavra gráfica, raramente definida e geralmente identificada simplesmente como “palavra”, sem que seja abordado o problema delicado da sua conceitualização em termos linguísticos.

“Sacralisation et relativisation allant de pair”, como escreviam em 1983 J.-L. Chiss e Ch. Puech (p. 9), a norma gráfica foi encarada, pelo menos pelos não linguistas, como se fosse científica e por isso intocável, como vieram a confirmá-lo os debates suscitados pelo acordo ortográfico de 1986 sobretudo em Portugal e pelas “rectificações” de 1990 em França (Cf. N. Catach, 1995).

Entretanto, iam-se adensando tendências de sinal contrário, entre as quais merecem destaque: o estudo objectivo e aprofundado, de matriz estruturalista ou funcional, das escritas, que pôs em relevo o que existe de sistemático, mas também de incoerente nas normas vigentes; a tomada de consciência da projecção sobre a grafia das condições materiais de produção do texto (manuscrito,

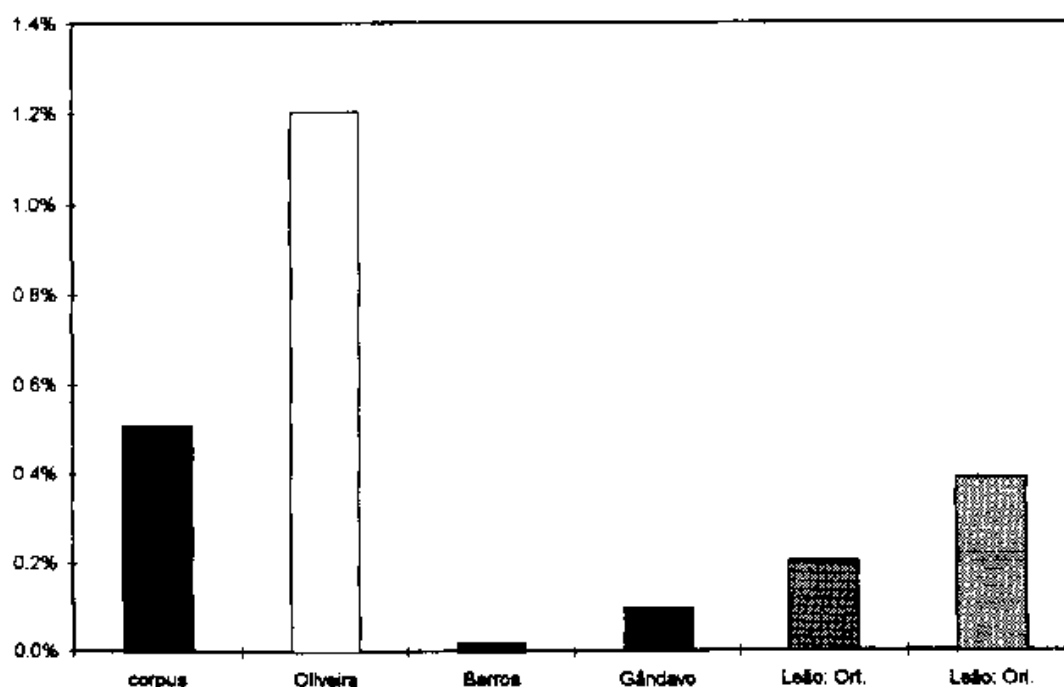
impresso ou informatizado), e ainda da repercussão de hábitos inerentes à escrita sobre a oralidade e a língua em geral; o estabelecimento de nexos entre a evolução das mentalidades e a evolução da grafia; em suma, o reconhecimento, latente nas tendências referidas, da historicidade da grafia, que incita à máxima conservação da informação, condição necessária à exploração sistemática de certas hipóteses, como as que se projectam no título desta comunicação.

Considerarei a palavra gráfica a dois níveis: o primeiro é o da observação e da descrição; o segundo, o da aplicação de critérios de intervenção na cisão e união de sequências gráficas de nível 1. Todas as observações seguintes radicam na análise do *corpus* metalinguístico de quinhentos¹.

No primeiro nível de abordagem, defino palavra gráfica como um grafema ou uma sequência de grafemas limitados por espaços laterais ou por outros separadores, sendo a interrupção da sequência ou a sua constituição assinaladas por convenção própria (traço de translineação no primeiro caso, hífen ou traço de união no segundo, apóstrofo em ambos).

A marca de delimitação mais geral da palavra gráfica é, então como hoje, o espaço em branco, em que se incluem os sinais de pontuação, porque o branco os ultrapassa sempre lateralmente. Mas, introduzido tardiamente, o espaço intervocabular só se generaliza no fim do século VIII, por iniciativa da Escola de Tours, a cuja actividade, integrada no renascimento carolíngio, se devem notáveis progressos de escrita (McMurtrie, 1982, p. 71). Algo subsiste, no século XVI, da precariedade do espaço intervocabular, o que se traduz pelo uso de vários sucedâneos com função demarcativa (Ver gráfico I - Separadores além do espaço).

Gráfico I - Separadores além do espaço



Um desses sucedâneos são os alógrafos posicionais, cuja abundância é uma das características do gótico, tipo de letra em que é impressa a *Gramática* de Fernão d'Oliveira.

Assinalam o início do vocábulo: <d> de haste encurvada para a esquerda, que se opõe a <d> de haste vertical, que se encontra em todas as outras posições; <v> que representa quer o fonema /u/ quer o fonema /v/, por oposição a <u>, que representa os mesmos fonemas e a semivogal posterior nas restantes posições.

O fim do vocábulo é marcado pelo <s> redondo de dupla curva que se encontra unicamente nessa posição, contrariamente a <ſ> longo que ocupa as posições inicial e medial.

Ao longo de todo o texto, encontrei apenas duas distorções a estas regras: uso de <d> curvo em vez de <d> recto na segunda ocorrência de <d> em entendido (35 8) e mudadas (73 32).

De distribuição complementar tão regular que os dois casos referidos devem ser considerados gralhas, estes alógrafos reflectem uma concepção de escrita diferente da nossa: o compositor pode usar til ou <m> ou <n>, <y> ou <i> e muito mais do que isso. Mas respeita rigidamente a alografia posicional, da qual a variação está ausente. Funcionando geralmente em redundância com o branco, os alógrafos iniciais e finais podem tornar-se os únicos meios de demarcação do vocábulo, quando o branco é omitido.

Além destes alógrafos, funciona com valor demarcativo a maiúscula: "dizQuintiliano" (11,28) é uma sequência ininterrupta, mas <Q> maiúsculo destaca Quintiliano como uma outra palavra.

A conjunção copulativa e é representada pela nota tironiana, sinal exclusivo em que a forma simboliza não um fonema mas o conteúdo e a função de uma palavra; trata-se portanto não de um grafema, mas de um ideograma, de carácter excepcional na escrita.

Nas 1400 ocorrências da conjunção e na *Gramática* de Oliveira, se excluirmos 81 ocorrências da maiúscula, só em duas ocorrências é usado <e>. Em 1315 ocorrências, o sinal usado é a nota tironiana. Identificável por si, ela ocorre anteposta sem espaços 66 vezes – "&cuidar" (41,21) – e posposta 13 vezes – "diversidades&" (70 21). O caso da conjunção copulativa é um dos que melhor ilustram a continuidade entre os hábitos de escrita no manuscrito (Cf. Cintra, 1959, pp. 17-18) e na imprensa primitiva e, simultaneamente, um tipo de funcionalidade diverso do actual.

Por ordem de frequência decrescente, os demarcadores outros que o espaço são, na *Gramática* de Oliveira, a nota tironiana, <s> curto como marca de fim de vocábulo, <v> e <d> curvo como marcas de início de vocábulo e só duas vezes a maiúscula, cujo uso é ainda escasso.

Não são poucos os casos de dupla demarcação, por exemplo, por <s> e <v>: "diversas)(vias" (50, 6), "mais)(vsadas" (59, 18); pela nota tironiana e <d> curvo: "&)(descobre" (16, 12), "&)(doutra" (72, 23).

O número de demarcações por processos outros que o espaço é, em Oliveira, de 283 palavras, o que corresponde à percentagem de 1,2%. No *corpus*, a per-

centagem é de 0,51%, em consequência de um acentuado decréscimo nos restantes textos.

Aqueles em que o decréscimo é mais acentuado são os de Barros, impressos em itálico: a nota tironiana existe mas ocorre raramente; dos alógrafos posicionais só <s> e <ʃ> se mantêm, mas o seu valor demarcativo enfraquece, visto que <s> passa também a figurar em ligaduras, em que alterna com <ʃ> – <ʃt> / <st>, <ʃp> / <sp>, <ʃʃ> / <ʃs> – mantendo-se contudo exclusivamente em posição final; <v> minúsculo não existe no elenco de caracteres em itálico e é sempre usado <u>, seja qual for a posição; as muito raras ocorrências de <v> minúsculo surgem por imposição metalinguística e são de tipo diferente: é o que acontece, por exemplo, quando Barros fala de duas variedades de <u>: “hũ desta figura, v e outro assy, u” (45r 13-14), o primeiro dos quais “serve” de consoante no princípio das “dições vêtaie, veio, vimos, vontade, vulto” (45r 17-18).

Nos textos da segunda sincronia subsistem todos os processos de demarcação inventariados para Oliveira, excepto a alografia de <d>, que é privativa do gótico. Mas todos são usados mais raramente, à excepção da maiúscula como meio de resolver os problemas postos pela grafia de el-rei: entre as escritas elrei e el rey, a escrita elRei, usada por Gândavo e por Leão na *Ortografia*, constitui um processo de manter graficamente a individualidade do segundo elemento, rei, do qual o primeiro é indissociável, processo este que se cristalizou em grafias de língua inglesa como *MacNamara* ou *McDonald*.

A disparidade da *Gramática* de Oliveira decorre do arcaísmo tipográfico que caracteriza o gótico, relegado para lugar secundário pelo romano, cujo âmbito, inicialmente restrito a autores clássicos, se alarga a toda a espécie de textos: “la gothique se figea dans ses formes surannées: les imprimeurs, sentant qu’elle était frappée à mort, jugeaient inutile de la transformer.” (Ch. Beaulieux, citado por N. Catach, 1968, p.13, N. 7).

No plano tipográfico, a *Gramática* de Oliveira é duplamente arcaizante: por um lado, em consequência do imobilismo do gótico; por outro lado, por nela existirem traços que, não sendo privativos do gótico, lhe andam frequentemente associados e pertencem ao domínio em que grafia e tipografia se entrelaçam. N. Catach enumera-os como próprios de uma das dominantes nas produções impressas do século XVI francês, que designa de “ortografia arcaica”, geralmente em “bastarda gótica francesa”; entre os traços que refere, são comuns à *Gramática* de Oliveira abundantes abreviaturas, raros parágrafos, escassa pontuação (N.Catach, 1968, p. XXIV. Ver também Ch. Beaulieux, 1927, I, 214-218).

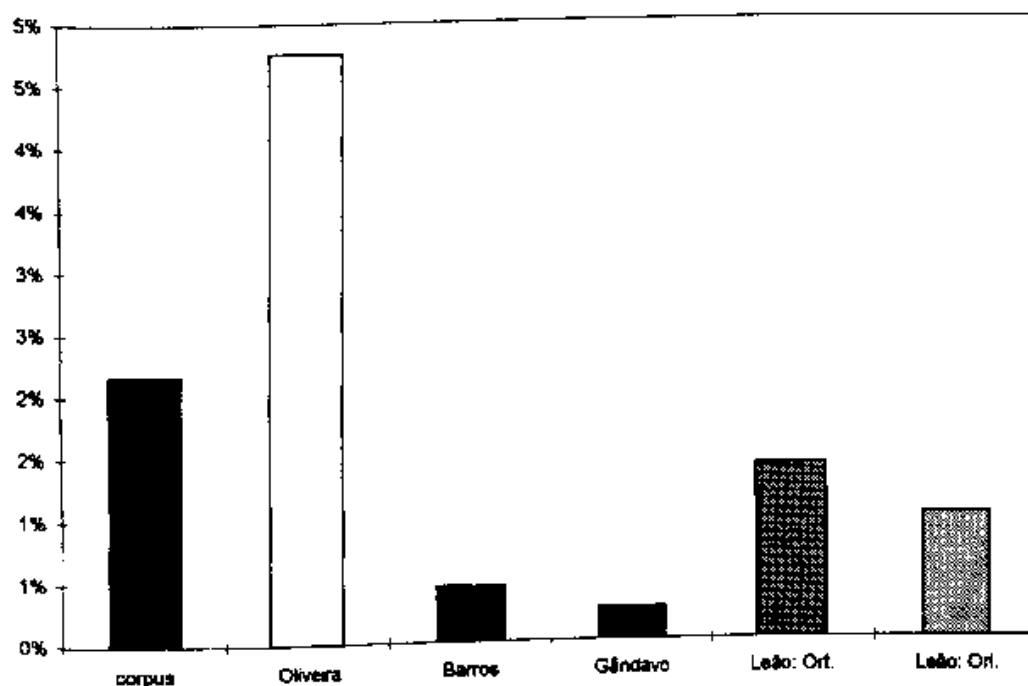
Prescindindo do termo ortografia, que pressupõe um juízo de legitimidade, passamos a observar a percentagem de abreviaturas nas obras constitutivas do *corpus*, representada no gráfico II.

Publicada só quatro anos mais tarde, a parte da obra de Barros aqui analisada contrasta pela muito nítida diminuição de ambos os traços, o que põe em destaque a modernidade tipográfica das obras de Barros impressas em 1539-40.

O paralelismo entre o uso de alógrafos e o de abreviaturas é evidente. De carácter completamente diferente do dos alógrafos, estas constituem um código diferente do alfabético e relativamente autónomo: mesmo quando o significante

é um grafema modificado, ele representa não um fonema, mas um fonema associado a outro ou a outros (como <d> + <e>, <p> + <er> ou <p> + <ro>), circunscrevendo-se o seu uso a certas sílabas ou partes de sílaba especialmente frequentes, e mais do que isso, sendo gerida por convenção própria a sua aplicação

Gráfico II - Abreviaturas



preferencial a certas palavras também particularmente frequentes em certos discursos. É assim mais para a palavra virtual relativamente previsível que para o fonema que a abreviatura aponta. Não admira por isso que ela seja atingida pela evolução da grafia.

A existência ou não do traço de translineação, representada no gráfico III, constitui outro dos pontos a observar: trata-se agora de um sinal com a função de indicar que o último segmento gráfico da linha faz parte de uma palavra cuja continuação se encontra na linha seguinte. A análise da convenção faz-nos transitar do que designei como palavra gráfica a um primeiro nível – o da simples observação – para palavra gráfica a um segundo nível, aquele em que são definidos e aplicados critérios de intervenção que reorganizam sequências gráficas do primeiro nível (ao qual pertencem ainda o apóstrofo e o traço de união que, por serem introduzidos tardiamente e modificarem, embora escassamente, o campo de separação e reunião de formas então existente, serão analisados posteriormente).

Embora esta comunicação não incida sobre edição, o desenvolvimento do tema exige que enuncie os critérios referentes à separação ou união de formas, que foram aplicados às pré-edições sobre as quais foi realizado posteriormente o tratamento informático.

As concepções, expressas no início desta exposição, sobre a historicidade da grafia, enformam os princípios e as normas, definidos desde 1978 por J. Roudil, que se projectaram na elaboração das pré-edições; assim, considerou-se que a dúvida

metódica é condição necessária para que se adquiram certezas sobre a relevância ou irrelevância de determinado facto gráfico ou tipográfico nas suas relações com a língua, e que importa reter a variação se se quiser indagar como através dela se esboça a evolução. As práticas daqui decorrentes podem sintetizar-se assim:

1) Depreenderam-se os usos constantes relativamente à reunião ou à separação de unidades e mantiveram-se esses usos. Por exemplo, os pronomes enclíticos mantiveram-se juntos ao verbo.

2) Não houve intervenção relativamente a formas que virão a soldar-se quer por justaposição, quer por aglutinação.

3) As intervenções incidiram nos factos que, a partir do denominador comum às diferentes práticas, se apresentam como excepcionais.

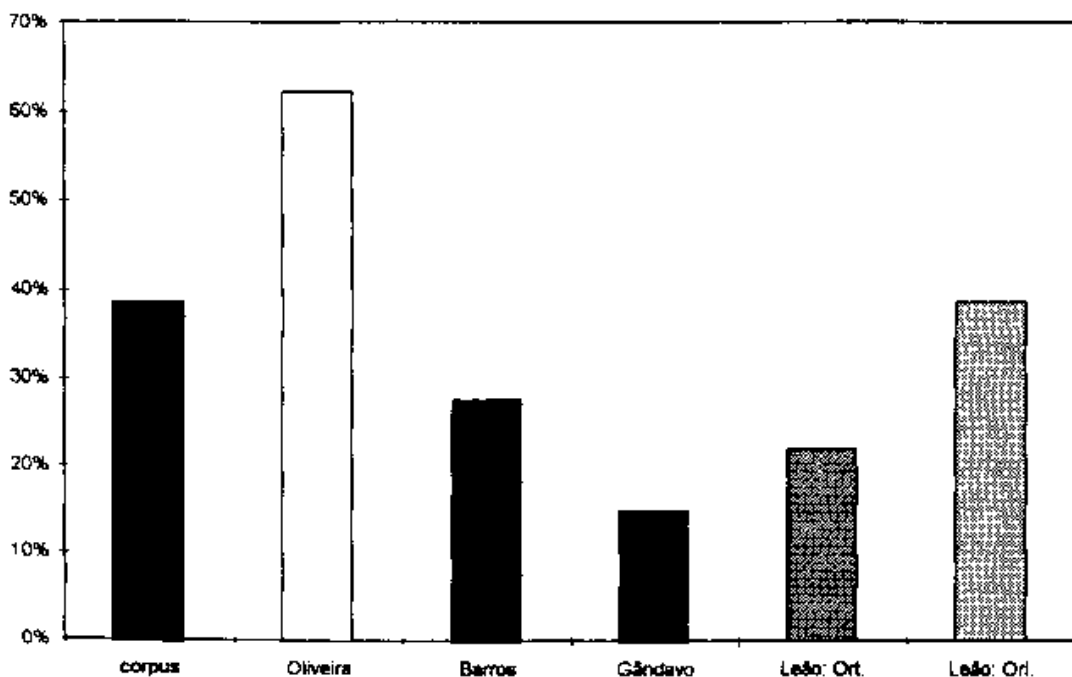
4) Finalmente, assinaladas por recurso a um código que se pretendeu transparente e de equivalência intuitiva, estas convenções permitem que sob elas seja sempre visível a edição príncipe.

Reunidas por filtragem, elas tornaram-se um meio de captar quer tendências individualizadas, quer a evolução ao longo do período. É no essencial sobre essa filtragem que assenta esta comunicação.

No que se refere às citações do *corpus* aqui incluídas, os critérios de edição foram muito simplificados, em consequência da desinserção dos contextos e de limitações de ordem técnica. Como o itálico, como meio de destacar palavras do texto, aparece pela primeira vez na *Origem da Língua Portuguesa*, mas não nas citações que farei da obra, todos os sublinhados são de minha iniciativa.

Regressemos agora ao traço de translineação. Se uma das características da imprensa quinhentista é a frequente omissão desse sinal, se existe flutuação relativamente aos limites de numerosas sequências gráficas (a baixo / abaixo, por que / porque), se estão em curso fenómenos de aglutinação (ver, adiante, junção

Gráfico III - Traço de translineação inexistente



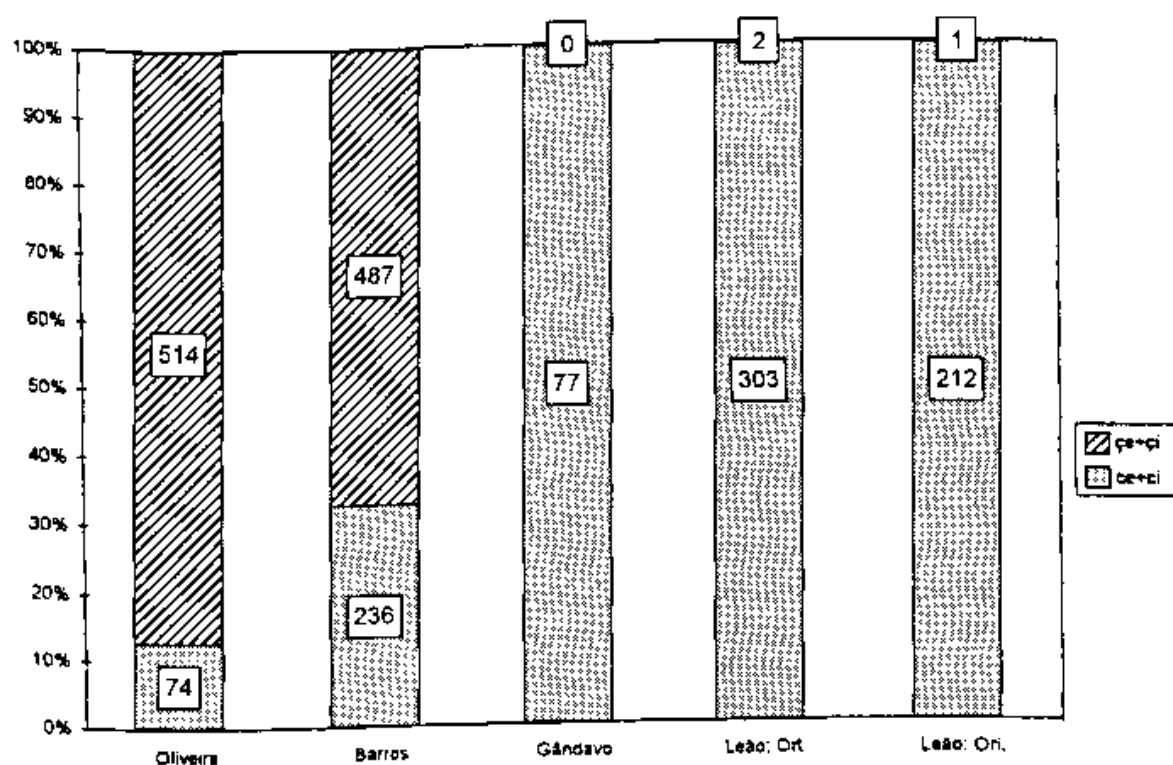
de palavras), terá de distinguir-se o traço de translineação que existe no texto daquele que foi acrescentado pelo responsável da pré-edição (que foi elaborada de modo a reproduzir a mancha gráfica do texto, quanto ao número e extensão das linhas e das páginas).

A distinção entre o traço existente e o traço acrescentado tem ainda outra utilidade que se torna clara no gráfico III, que representa a proporção entre ambos: ele revela claramente a evolução, ao longo do século XVI, do que designarei, usando um neologismo de N. Catach, de ortotipografia (1968, sobretudo p. 11), área da grafia em que se imbricam as actividades de gramáticos ou ortógrafos e de impressores: o traçado revela a consolidação da palavra gráfica na sua sequencialidade e, solidariamente, a consolidação do espaço lateral como elemento de demarcação: daí o uso cada vez menos facultativo, até Gândavo, do traço de translineação, a diminuição do uso de separadores outros que o espaço, o que apresenta, com o desuso de abreviaturas, o reforço da relação entre grafema e fonema.

Pode dizer-se da variação / evolução da ortotipografia que ela tem um rumo, como Sapir dizia da deriva; esse rumo consistiu, neste caso, na substituição de marcas variáveis parcialmente redundantes (caso dos alógrafos) por uma marca constante – o espaço intervocabular – que configura a sequência como unidade e torna cada vez mais imperativa a necessidade de declarar, por meio de um traço, que a palavra não acabou no fim da linha.

Possui o mesmo rumo – normalização por eliminação da redundância – a variação entre <ç> e <c> antes de <e> e de <i> e o progressivo desaparecimento de <ç>, a que me referi numa comunicação recente (Paiva, 1996) e que está representada no gráfico IV.

Gráfico IV - ÇE+ÇI, CE+CI



Os aspectos referidos até este momento devem ser interpretados como índices da evolução das concepções de escrita e da tipografia e a projecção individualizada do gramático sobre elas pode ou deve ser descuidada. Não acontece o mesmo relativamente aos aspectos que tratarei a seguir: separação de elementos constitutivos da palavra e junção, numa única sequência gráfica, de duas ou mais palavras.

A separação de elementos de uma mesma palavra encontra-se apenas na primeira sincronia, motivo por que o facto não foi representado em gráfico. Das 59 segmentações, 4 ocorrem em Oliveira, 55 em Barros. Na totalidade, só 4 rupturas afectam o fim dos vocábulos (O: 1; B: 3), distribuindo-se as restantes 55, em ambos os gramáticos, pelos seguintes elementos iniciais: a = 24, à = 4, de = 4, da = 13, em = 6, na = 4, interpretáveis como: artigo feminino, preposição, contracção de preposição e artigo, prefixo.

Uma parte destas segmentações relaciona-se com a dificuldade de conceituar unidades ou funções linguísticas específicos das línguas românicas; ou seja, a conquista progressiva de um código gráfico adaptado às necessidades idiomáticas românicas não consistiu apenas na descoberta de processos gráficos adequados à representação de fonemas inexistentes em latim, mas também na segmentação da cadeia fónica de acordo com a identificação das partes do discurso especificamente românicas e no reconhecimento de fenómenos regulares de sândi; a codificação da escrita, neste aspecto, far-se-á através de muitas hesitações: as grafias do *Leal Conselheiro* destacadas por K. S. Roberts (1940, p. 14), “da cõtécimento” (d’acõtécimento), “da gulha” (d’agulha), prolongam-se nas escritas quinhentistas “da hi” (OGR. 10 16), “da hy” (BDL 55r 1), “da quillo” (BDL 19v 17).

Tratando-se dos primeiros textos metalinguísticos e havendo diferenças quantitativas importantes entre Oliveira e Barros, impõe-se indagar em que medida essas diferenças podem relacionar-se com as concepções linguísticas dos Autores.

Oliveira não define artigo – “Nam dizemos aind’agora neste lugar nem livro que cousa é artigo” (61 27-28) – e embora, como é corrente na época (Cf. L. Kukenheim, 1932, Cap. II), considere que o artigo funciona como o sucedâneo da flexão casual e integre na “declinação” do artigo do (genitivo), ô (ao) e à (dativo) (62 1- 62 3), distingue claramente contracção da preposição (“ajuntamento”) e artigo: “queremos amoestar que não cuidem alguns quando dizem .ao. parao. aos. paraos . que tudo aquilo assi junto é só artigo de dativo . mas as premeiras partes daqueles ajuntamentos . a. em .ao. &. para. em .parao. são preposições” (63 3-6).

Também Barros, que define todos os conceitos gramaticais, não chega a definir artigo: na esteira de Nebrija (Nebrija – Quilis, 1980, “Libro tercero”, Cap. IX, p. 182), limita-se a caracterizá-lo pela negativa – “Artigo é hũa das pãrtes da oraçãm, a quá como já dissemos nam tem os latinos” (12r 7-8). Afasta-se contudo de Nebrija ao incluir na declinação do artigo, como forma do vocativo, a interjeição ô, uma vez que Nebrija, que tinha apresentado, no Livro Quinto, como vocativos dos nomes “o tierra” (p. 231), “o bueno” (p. 232), considerara, mais adiante, na

declinação do artigo, a inexistência de vocativo: " quinto caso – no tiene" (p. 236): a inovação introduzida por Barros e que Oliveira, evidente conhecedor de Nebrija, não praticara, constitui um recuo no grau de consciência metalinguística.

Quanto à preposição, Barros, que continua a traduzir Nebrija, transforma o exemplo de preposição dado pelo gramático andaluz, "io vo a casa" (*Op. cit.*, p. 195) em "eu vou á escola", esquecendo que onde o castelhano usa a médio como significante da preposição, o português usa a fechado, sendo a aberto a contracção da preposição e do artigo: "Esta letera , á pòsta ante da escóla, se chama preposição: a qual rege o caso accusativo, e neste está o nome escóla." (29r 17-19). A mesma indistinção afecta a enumeração das preposições que regem os diferentes casos: "As do genitivo, sam, de, do. As do dativo. á, ao, pera. As do acusativo á, ante, diánte, antre, cõtra, per, por. As do ablativo, Com, em, no, na, sem."

Mas talvez nenhum caso seja tão revelador como o do dativo, nas declinações dos pronomes possessivos:

"à meu	á minha	à nósso	á vossa"	(16v 12)
"à teu	á tua	à vósso	á vóssa"	(16v 20)
"á seu	á sua	à seus	á suas"	(17r 3)

A incompreensão de que nas formas femininas a vogal aberta resulta da crase da preposição com o artigo feminino tem como consequência que a procura de simetria visível no paradigma conduza, não às formas ao meu, aos nossos, etc., mas à adopção de à / á que, não podendo então representar senão a preposição com a fechado, resulta numa incongruência, visto que o acento, geralmente agudo, mas às vezes grave, sobre <a>, assinala em Barros a vogal aberta.

Não admira assim que uma constelação de segmentações seja praticada em formas combinadas com preposições: à quelle (3 ocorr.), da quelle (5 ocorr.), na quelle (4 ocorr.), da qui (5 ocorr.), da hi (2 ocorr.), a que devem ser associadas a quelle (4 ocorr.) e a qui (2 ocorr.), que se integram no segundo grupo de rupturas, tratado mais adiante.

Barros segmenta a partir de um elemento inicial, que pode ser uma palavra, preposição ou contracção, não o preocupando o facto de a segunda sequência gráfica não ter existência autónoma: quele é a unidade comum a aquele, àquele, daquele, naquele; qui, a unidade comum a aqui, daqui (e também a "té qui" (5 ocorr.) e "a té qui" (1 ocorr.).

A separação de a- prende-se ainda a outra constelação: aquela em que a primeira sílaba coincide com uma preposição que, entendida à luz da tradição gramatical latina, funciona também "per cõposiçã": "se dissér, eu apróvo tua doutrina, é per composiçám: ca se compõe esta letera , a, com próvo e dizemos, apróvo." (29r 15-21; Cf. Nebrija, *op. cit.*, p. 195: "mas diziendo io apruevo tus obras, a compone se con este verbo pruevo, & haze con él un cuerpo de palabra.")

Uma tendência a decompor a palavra, destacando a sílaba inicial como se se pretendesse remontar à sua origem e como se nessa origem estivesse incluída uma preposição, explica as grafias de termina (1 ocr.), de sejar (por desejar: 1 ocr.), de si (por desi: 1 ocr.) e ainda di ante (por diante, provavelmente inter-

pretado como de + ante: 1 ocorr.) e também: em comendando (1 ocorr.), em costado (1 ocorr.) em tam (4 ocorr.).

Em termos sincrónicos, não pode deixar de estabelecer-se uma relação entre este tipo de segmentações e escritas oscilantes que reflectem o facto de se encontrarem em vias de consolidação novas unidades semânticas e funcionais formadas a partir da aglutinação de preposições, como: a trás / atrás (O: 2 ; B: 1 / O: 1 ; B: 12); de trás / detrás (O: 0 ; B: 2 / O: 0 ; B: 2); a diante / adiante (O: 7; B: 1 / O: 0 ; B: 1) ; a baixo / abaixo (O: 1; B: 1 / O: 1; B: 0); de baixo / debaixo (O 2; B: 1 / O: 1; B: 4) .

A terceira constelação centra-se na tomada de consciência da existência de a- instável, prefixo, preposição ou artigo feminino aglutinados; a existência de pares como abastar / bastar, arodeco / rodeo, vantagem / vantagem, constitui uma característica área de variação, processando-se a mudança no sentido da eliminação das formas com a- cuja presença /ausência é a prova do seu esvaziamento semântico. Barros não pode deixar de usar formas com a-, às vezes únicas, outras vezes dominantes no seu tempo; mas prefere geralmente formas sem a-, prefigurando a mudança culta, como frequentemente acontece (Cf. Paiva, 1985): assim, relativamente aos pares acima citados, usa bastar e não abastar, rodeo e não arodeco, vantagem e não avantagem (à excepção de uma ocorrência metalinguística, em que “Avantaje” é derivado de “avante” – 9r 6-7). Mesmo tratando-se de um caso diacronicamente diferente, é té que usa e não até: as 11 ocorrências de té contrastam com a única ocorrência de a té, dada além disso como exemplo de “Prosthesis”, uma das espécies de “barbarismo”: “Prosthesis, que é a primeira especie, quer dizer, acrecentamento: comete-se este vicio quando se acrecenta algũa letera ou syllaba ao principio de quálquer diçã: como, quando dizemos, a té qui por té qui, acrecentando a letera a.” (34v 2-5) O facto é tanto mais significativo quanto Barros que, nas figuras de retórica, segue mimeticamente Nebrija, não só nas definições mas também nas ilustrações (Cf. Nebrija, *op. cit.*, p.213), apresenta neste caso um fenómeno que resulta da sua observação e perante o qual emite um juízo de apreciação coincidente com a sua prática. Embora o conceito de barbarismo em Barros seja complexo, a palavra “vicio” não deixa dúvidas quanto à forma que julga preferível. Daí que use, em vez de amamentar, mamentar, e, a par de abreviatura (1 ocorr.), breviatura (“esta letera, x, é breviatura destas, c s” – 41r 7), uma terceira hipótese sendo possível: a escrita a breviatura: “fica agóra vermos do til, a que podemos chamar soprimiento ou abreviatura de quátro leteras, m, n, pela maneira que já vimos, quando tratamos dâbos e a breviatura de , ue , a este modo, q̄”.(48v 15—18). Embora não possa ser excluída em absoluto a interpretação de a como artigo definido, seguido de breviatura, a simetria sintáctica com a ocorrência anterior (“soprimiento ou abreviatura”) dá apoio a esta outra hipótese, corroborada por grafias como a práz (1 ocorr.), a juntamente (1 ocorr.), a junta, a juntã, a juntamos (1 ocorr. para cada uma), a proveitár (2 ocorr.), a creçentár (1ocorr.), a sáz (2 ocorr.) ; juntar não está documentado no *corpus*, onde a forma que ocorre é sempre ajuntar; proveitar, crecentar, saz não existem; mas as escritas com a- separado têm a dimensão meta-linguística explicitada em a té, anteriormente referido: como se,

afigurando-se--lhe a- espúrio, "bárbaro", quando não dispensável, uma outra possibilidade, menos arrojada, fosse posta em prática: a separação desse elemento do corpo da palavra.

A insuficiente consciência linguística que se revelou a propósito do artigo e das contracções, agravada pela heterogeneidade de conteúdos e de funções da forma a- (que conduzirão ao desaparecimento desse elemento quando simplesmente protético), uma perspectiva que tende a ser interpretativamente genética e procura decompor a palavra nos elementos considerados originários – conduzem à dissociação da unidade gráfica por interposição do espaço após a-, marcando-se assim a sua exterioridade, o que constitui uma fase prévia à sua eliminação.

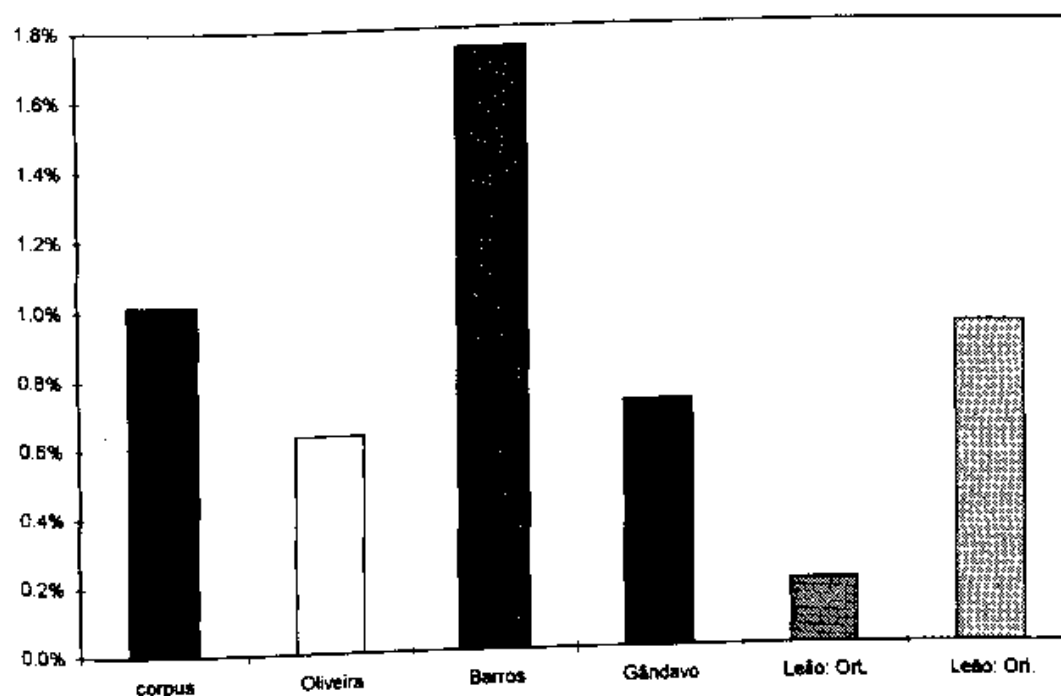
Em síntese: das 52 segmentações de elementos iniciais em Barros, 47 integram-se nas constelações referidas: 19 na primeira (contracções), 16 na segunda (preposições), e 12 na terceira (a- instável). Seria eventualmente falseante interpretar as 5 segmentações restantes: A masse, a talhos, a vemos, a via, a vendo (num total de 83 ocorrências de haver, que Barros escreve sem <h>).

Das 3 segmentações iniciais de Oliveira, 2 são comuns a Barros: da hi e a proveitão acusam a existência de hábitos que vão desaparecer na segunda sincronia; a terceira, a verbios, apresenta a separação de uma preposição / prefixo, como nos casos que foram reunidos no segundo grupo de rupturas.

Quanto à separação de elementos terminais, o seu número muito reduzido (4 segmentações ao todo) não permite a auscultação de tendências gerais.

A junção de palavras numa única sequência gráfica está representada no gráfico V. Das 334 junções que englobam palavras correspondentes a 1,0 % do *corpus*, 310, ou seja, 92,2 % tipificam-se como consistindo na aglutinação gráfica de partículas (227, correspondentes a 67,9 %) e de lexias complexas (83, correspondentes a 24,8 %). São estas junções tipificadas que são analisadas aqui.

Gráfico V - Junção de palavras



Em termos muito sintéticos, as palavras pertencentes ao primeiro grupo são tipicamente átonas, quase sempre proclíticas, de corpo fonológico e grafemático reduzido e muitas vezes mínimo, geralmente monossilábicas (apenas duas excepções: entre – 2 ocorr. , para – 1 ocorr.). Quanto à função e ao conteúdo, são instrumentos gramaticais e não palavras plenas; o tipo de informação que veiculam é quase sempre depreensível a partir do contexto (e por isso coincidem com as palavras que hoje omitimos quando enviamos um telegrama); finalmente, em termos estatísticos, são palavras de frequência elevada.

No total de 227 junções de partículas, apresentam número de ocorrências coincidente ou superior a 5, por ordem decrescente: a prep. (65 oc.), a art. (49), de prep. (23), e conj. (16), o art. (13), a pron. (7), co / com prep. (7) o pron. (5), se conj. (5), que totalizam 190. Quanto aos elementos finais, é necessário ter em conta que os pronomes enclíticos reunidos ao verbo, correspondendo a uma prática constante ou quase constante, não são incluídos nesta análise. Por outro lado, a distinção entre inicial e final esbate-se em alguns casos: é o que acontece com a forma que, pronome ou conjunção, frequentemente unida graficamente a um elemento geralmente proclítico ou simplesmente átono; excluindo as lexias complexas e as falsas lexias complexas (porque é natural que a existência da grafia porque, conjunção, engendre a escrita por+ que (pn), que ocorre três vezes em Oliveira), existem no *corpus* 27 ocorrências do tipo de a (preposição ou pronome) + que (O:1; B:18, LRI:8)

O segundo grupo de junções revela a tendência a tratar como unidades gráficas conjuntos plurivocabulares monossémicos, aos quais se aplicam o princípio de inseparabilidade ou impossibilidade de inserção e o princípio de fixidez ou não permutabilidade interna, que servem também, de resto, para conceituar palavra. Quando, nos textos de Oliveira e de Barros, ocorrem a+ mesma (+ simboliza a junção; O: 2, B: 1), a + nossa (O: 1; B: 1), o + seu (O: 1, B: 1), os elementos iniciais são partículas que incluímos no grupo anterior, mas os conjuntos em que se integram são do mesmo tipo de cada + hũa (O: 2, B: 1), Entre + dour" a + minho (O: 2), outro+ tanto (O: 1), para+ que (O: 1), assi + como (G: 3).

Observando o gráfico V, constata-se que ele apresenta um pico muito acentuado em Barros e, na segunda sincronia, um mínimo percentual na *Ortografia*, de Leão, com a qual contrasta a *Origem*, cuja proporção é a mais elevada, a seguir à da obra de Barros.

Comparando Oliveira e Barros, constata-se que, além das diferenças quantitativas, se altera o doseamento relativo dos dois tipos de junções: a percentagem de partículas que, em Oliveira, é de 63,3 %, sobe, em Barros, para 77,3 %, enquanto a percentagem de lexias complexas, que em Oliveira, é de 36,6 %, desce em Barros para 22,6 %. A distância acentua-se ainda se se tiver em conta que, nos textos de Barros, uma única lexia complexa – o qual – absorve 73,3 % das junções deste tipo (em Oliveira o qual representa 30,7 % destas junções).

Assim, Barros destaca-se, em relação a Oliveira, pelo acentuado acréscimo das junções de partículas. A integração destas no contexto probabiliza uma relação entre os factos linguísticos que o gramático descreve nesse momento e a junção gráfica, legitimando a hipótese da projecção nela das concepções bar-

rosianas relativamente a artigo e preposição já anteriormente referidas: depois de definir “antecedente” do relativo (6r 18 – 6v 10), Barros ilustra o conceito mediante um exemplo: “eu ly o + livro, que me tu mādáste, o qual entēdy muy bem” (6v 10-11); outras particularidades e outras ilustrações acarretam mais duas ocorrências análogas: “Eu te mando o + livro tal, qual mô tu mandáste” (6v 21-22); “dou a entender (...) que assy tórno enviar o + livro limpo & sam” (6v 22-23). Responsabilidade do compositor desta página? Mas, nas 52 junções da preposição a em Barros (a que convirá subtrair os 18 casos de a + que), há 9 ocorrências metalinguísticas: 8 em ilustrações de dativo ou preposição exigida pelo verbo e a última num exemplo de solecismo: A + ty (19r 10), a + my (19r 10), A + my, a + ty, a + elle (19r 13), “a + meus amigos” (32r 9), “a + boas óras” (32r 14), “A + my cōuē” (32r 22); “a + vosso serviço” (grafia: uosso; 39v 17).

A junção mantém-se sem dúvida um facto excepcional, mas nem o cruzamento de probabilidades nem factores de ordem tipográfica invalidam a hipótese da repercussão, na delimitação de unidades, de uma dinâmica metalinguística agudizada pelo contexto, de direcção análoga à expressa por Meillet (1970, p. 24), quando este contrapõe, ao indo-europeu e ao latim, que “procedia(m) por sufixação”, o francês em que, “au contraire, il tend à se constituer des préfixes”, como j’aime, tu aimes, em contraste com os latinos amo, amas.

A evolução da grafia processar-se-á no sentido da eliminação da junção deste tipo de partículas, de que dão testemunho as amostras da obra de Gândavo e da *Ortografia* de Leão, em que quase só existem junções no âmbito das lexias complexas: Gândavo escreve assi + como e convem + a + saber (que constitui um interessante exemplo sobre a delimitação das fronteiras vocabulares, discutido por Oliveira, que admite também a segmentação como vem a saber – 31 15-20), Leão aglutina graficamente per + que, locução com o conteúdo de pelo que, causal (LRT 72r 8, LRI, 6- 13, 6- 18 e 49 4), irradiando a junção para casos em que não existe monossemia.

Relativamente a lexias complexas, a junção gráfica deve ser associada à tomada de consciência da unidade de sentido, em articulação com atitudes face à língua que se projectam nas escritas, embora a flutuação que marca a primeira metade do século neste aspecto e o carácter incipiente da reflexão metalinguística excluam a coerência plena das práticas. Assim, apesar de uma análise exaustiva que inclua todos os casos não assinalados por convenção poder revelar coordenadas mais matizadas, a pesquisa realizada leva-nos a pensar que, enquanto em Oliveira predomina a tendência a reunir na grafia os componentes de uma unidade funcional, em Barros é mais frequente a conservação da separação; não obstante, senão, advérbio ou conjunção, apresenta 36 ocorrências em Oliveira, das quais 35 com separação gráfica, enquanto Barros reúne os elementos, nas 11 ocorrências da forma, anunciando neste caso o panorama da segunda sincronia, em que, num total de 21 ocorrências, 19 apresentam aglutinação gráfica. O sentido dominante nas práticas e na evolução pode ser mais adequadamente ilustrado pela conjunção porque, causal ou final, que apresenta no *corpus* um total de 468 ocorrências, das quais 361 na primeira sincronia e 107 na segunda. Em Oliveira, das 218 ocorrências, por que representa 7,7 % e porque 92,2 %,

enquanto em Barros, das 143 ocorrências, por que corresponde a 95,8 % e porque a 4,19%. Como frequentemente acontece nestes casos, é em Oliveira que se prefigura a tendência que uniformizou as práticas na segunda sincronia, em que porque ocorre sempre como uma só palavra gráfica.

Nos domínios em que novos sistemas se estruturaram em larga medida a partir da perda de autonomia fonética, semântica e sintática dos elementos constitutivos, como aconteceu com advérbios e conjunções, a separação ou a junção de formas representa estádios diferentes na consolidação dessas unidades e provavelmente na frequência do seu uso. Não deixa por isso de ser revelador o facto de não constituírem nunca uma palavra gráfica, no *corpus*, por tanto, em quanto ou com tudo, cujo panorama quantitativo é sintetizado a seguir:

	Total	O.	B.	G.	LRT.	LRI.
por tanto	17	14	1	0	1	1
em quanto	7	3	2	0	1	1
com tudo	33	33	0	0	0	0

No caso das junções internas a lexias complexas, o movimento caracterizar-se-á, por um lado, pela sua restrição mas, por outro lado, pela consolidação da identidade entre lexia complexa e palavra gráfica, predominando a junção de elementos proclíticos monossilábicos. A *Ortografia* de Leão é, neste aspecto, a obra mais representativa das tendências que prevalecerão, facto este que se relaciona com o grau de normatividade, máxima no *corpus*, que a caracteriza. Os índices muito mais elevados da *Origem*, publicada 30 anos depois, devem-se ao carácter muito menos prescritivo da obra; predominam as junções do tipo mais banal (por exemplo, 9 ocorrências de a + que) imputáveis a hábitos de compositores e relacionáveis com a menor perfeição tipográfica da edição, que retrograde também relativamente a separadores outros que o espaço (gráfico I) e ao uso do traço de translineação (gráfico III).

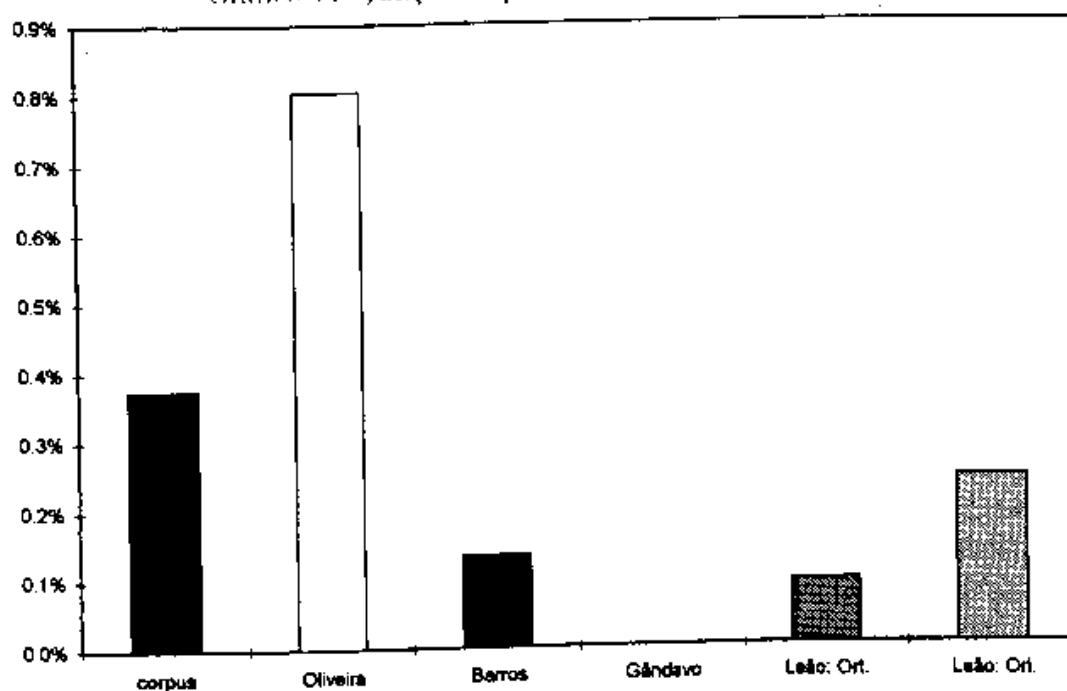
Restam as junções que, não se integrando nas tendências gerais apontadas, foram consideradas atípicas como principal + parte (O 53 26), de + ser + per (B 59r 4), Tabique + parede (LRI 69 5). Em número muito reduzido (ao todo 21, assim repartidas: O: 2; B: 14; G: 0; LRT: 2; LRI: 3), elas ocorrem em pontos cruciais da linha ou em linhas sobrecarregadas, motivo por que são de atribuir à iniciativa dos compositores².

A junção de palavras com elisão ou crase, simbolizada por <">, como est"ano (O 43 25), até"gora (LRT 62v 9), ou aind"agora (O 57 29, 68 20, 74 10) e su"alteza (B 50v 15), está representada no gráfico VI. Há, em Oliveira, 94 casos; em Barros, 16; na *Ortografia* de Leão, 2; e na *Origem*, 8. Uma vez mais, a *Gramática* de Oliveira constitui um caso à parte. Contribuem para tal vários factores.

O primeiro é a acuidade da observação oliveiriana no que se refere a factos fonéticos, o seu interesse pelo que na língua é mobilidade (Cf. Paiva, 1995), a libertação do ouvido em relação ao olhar, que se patenteiam na descrição de fenómenos de fonética sintáctica; o interesse do passo seguinte justifica a extensão da citação; ela revela como o autor do discurso se desdobra num atento observador do próprio discurso, ao utilizar (a primeira vez com ligeira alteração), as

seqüências que anteriormente lhe tinham servido de instrumento de comunicação (que assinalarei pelo *itálico*) como exemplos dos fenómenos que são objecto de descrição (que destacarei por meio do *sublinhado*): “Quando hũa dição *acaba em vogal & outra dição logo começa também em vogal se são ambas dhũ mesmo genero *mesturanse ambas & fazẽ hũa vogal: & às vezes grãde de seu genero de que ellas erão como descrever: por de escrever: estavassi por estava assi: & comos latinos por como os latinos: & se são de diversos generos a primeira perde -se e a segũda em que *começa a segũda* dição fica & muitas vezes ã maior cãtidade como mesturãsãbas por *mesturã -se ãbas: & comeste por como este. Ainda porẽ que à vezes ficão ãbas ãteiras mayormẽte se são diversas como acaba ã a vogal: & começa a segũda*”. (30 9-19)**

Gráfico VI - Junção de palavras com elisão ou crase



O segundo factor é a sua concepção de escrita, que preconiza seja o mais próximo possível da oralidade.

Não é possível examinar desenvolvidamente, no quadro desta comunicação, o tipo de encontros documentados no texto de Oliveira, mas eles são importantes para o conhecimento do vocalismo, principalmente átono, de quinhentos. Importa compará-los com os descritos por Celso Cunha para a poesia trovadoresca e da primeira metade do século XVI (Cunha, 1982), não obstante as diferenças de tempo, no primeiro caso, e de género, em ambos: a poesia é, por razões de ordem rítmica, mais rica em fenómenos de sinalefa e elisão e, por outro lado, revela além destes o hiato, enquanto na prosa, muito raramente a sinalefa e geralmente só a elisão são detectáveis.

A atonicidade do pronome *se* tinha como consequência que a elisão da vogal final fosse uma regra constante na poesia trovadoresca (Cunha, 1982, p.81); como no exemplo anteriormente citado mesturãsãbas, a tendência para a elisão expli-

ca as grafias s"entendem (53 4) e s"espantem (33 16), únicos casos documentados no *corpus*, que ocorrem de resto antes de palavras iniciadas por <e>. Da conjunção se, "cuja atonificação" C. Cunha data de "fins do século XV", há, em Barros, uma ocorrência metalinguística, como exemplo de "sineresis", "souvér doulhár" por "se ouvér de oulhar" (35r 8-9), mas não está documentado no *corpus* nenhum outro caso de elisão; a conjunção é contudo muito menos frequente que o pronome.

Quanto a que, pronome ou conjunção que, na poesia trovadoresca, admitia apenas hiato mas que, nas églogas de Bernardim Ribeiro, apresenta já, em regra, ditongação, C. Cunha conclui que "não pode sofrer dúvida a perda da (sua) autonomia silábica (...) antes de vogal, na linguagem quinhentista" (p. 314), o que, segundo ele, seria "indirectamente" atestado pelo exemplo de "cacophaton" dado por João de Barros, o qual se dá "quando do fim de hũa palávra e do principio doutra se fáz algũa fealdáde, ou significa algũa torpeza: como colhões tam manhos têm aquella lébre: por, que olhões tamanhos têm aquella lébre" (36v 5-8).

As grafias de que, forma que se situa entre as mais frequentes do *corpus*, só muito raramente apresentam perda do elemento final, que ocorre apenas 3 vezes, e também só antes de palavra começada por <e>: duas em Oliveira, como conjunção comparativa: "não acho regra mais geral qu"esta" (67 12), "nas quaes mostrem saber mais qu"eu" (75 6); e uma em Barros, em início de frase, como conjunção: "Por qu"elles" (CA 5 6). A raridade deste tipo de ocorrências (se a compararmos com a frequência de escritas como d"homês (O 6 13), d"ano (B 47v 19), d"espigas (LRI 78 9), referidas a seguir), paralelamente à inexistência de grafias que documentem a elisão de se conjunção, evoca predominantemente o estágio representado na poesia trovadoresca, em detrimento do que se repercute nas églogas de Bernardim; a estrutura prosódica e o regime de pausas próprios da prosa determinam sem dúvida discrepâncias, mas essa é uma razão para que não se descure o testemunho implícito nas práticas escriturais, com as quais devem ser confrontados os juízos descritivos dos gramáticos: os exemplos de sinérese e de cacófato dados por Barros podem bem forçar um pouco o fluido sonoro da língua, tanto mais que o segundo é um trocadilho, talvez corrente (Barros traduz Nebrija (*op. cit.*, p. 214 e 217), mas estes dois exemplos são originais)

As práticas escriturais têm de ser analisadas em relação ao fundo que a tradição constitui e que elas podem contribuir para alterar. Numa linha de continuidade que remonta à poesia trovadoresca na qual "a vogal da preposição de só não se elidia antes de vogal quando esta era o corpo do pronome átono o, a, os, as" (C. Cunha, p. 81), Oliveira adopta critérios gráficos mais sistemáticos do que pode parecer à primeira vista: assim, quando haver de precede infinito começado por vogal, Oliveira pratica a elisão (8 ocorr.) – avemos d"entender (36 15, 21 19), avião d"afremosentar (50 24) – com uma só excepção (havia de apartar – 44 27). Trata-se de sequências que ainda hoje articulamos assim, mas que a escrita deixou de reflectir: aquilo que em Oliveira são fenómenos de fonética sintáctica, redutíveis a regras fonéticas e, quanto aos segundos vocábulos, independentes da classe de palavras, transitará para o âmbito da morfologia,

restringindo-se às preposições monossilábicas e à combinação destas com os artigos, os pronomes demonstrativos e pouco mais.

No âmbito das preposições, deixa de haver elisão em entre (antr' apresenta 16 ocorr.), contra, sobre, para (Oliveira usa parao, parelle) e de deixa de soldar-se graficamente a lexemas, como frequentemente acontece: D''abranche, D''almada, d''afonso, d''agua, d''alçunha, D''alentejo, d''aproveitar, d''arco, d''aspiração, d''aver, d''aves, para referir apenas palavras começadas por <a>. As restantes obras do *corpus* apresentam já uma tendência muito marcada para restringir a elisão à preposição de.

O exame cabal da questão exigiria que nos detivéssemos no exame das contracções existentes no *corpus*, o que não faremos. A mudança simbolizada no gráfico VI pela muito acentuada diminuição da frequência da junção de palavras com elisão ou crase, reflecte a normalização de escrita que, deixando de espelhar a mobilidade da fala, se torna mais uniforme e tende cada vez mais a regularizar a elisão, restringindo-a aos instrumentos gramaticais, mas no âmbito destes, tendendo à uniformidade: a dinâmica prolonga-se até aos nossos dias, não tendo contudo sido eliminada a variação: "Preciso de um livro" pode alternar com "Preciso dum livro" e a primeira frase admite duas realizações, uma com hiato, outra com ditongação.

Perante a flutuação que se manifesta no início do século, nesta matéria, poderia ter-se generalizado uma regra de elisão, por extensão do fenómeno patente em d''ovo (O: 2 ocorr.) ou d''alma (B: 1 ocorr.), semelhante àquela que se consolidou em francês; o que se generaliza, contudo, é uma regra de não elisão, a não ser antes de vocábulos instrumentos gramaticais.

É no contexto da elisão e da crase que se insere o apóstrofo, que surge pela primeira vez na *Ortografia*, e ao qual Leão consagra um capítulo, em que nos informa que, já usado pelos gregos para assinalar a sinalefa, o sinal deve ser usado "em lugar da vogal que se tira". "E as dições acabadas em vogal, em que mais cõmummente comemos & tiramos a dicta ultima vogal, são estas, de, me, te, se, que, ante, no, na, esse, este, aquelle, outro." (67r 14 - 67v 6).

Contrariamente à formulação de Leão, a lista é elaborada não a partir de fenómenos de sândi observados na prática oral, mas a partir de casos de elisão consolidados e cristalizados na grafia, como o comprova a exemplificação apresentada a seguir (que é exterior à amostra tratada) : d'ambos, d'isto, n'este, n'esta, n'outro (cf., acima, referência à não articulação da última vogal de no, na), ant'ontem, ess'outro (68v 8-11). Exceptuam-se me, te, se, que e , parcialmente, o exemplo heterogéneo, aquell'outr'anno (68v 11), último da série. O exame da amostra da *Ortografia* submetida a tratamento informático permite constatar que o apóstrofo é aí usado apenas 21 vezes: à excepção de m'arguira (77r 4), Mont'agraco (77v 24) e ap'lo (69r 1), que são ocorrências metalinguísticas, os restantes apóstrofos afectam apenas a preposição de (d'algu, d'elle, d'este, d'onde, d'outro, etc); desses 18, metade figura na *Dedicatória*, confirmando o cuidado particular com que o pré-texto é escrito e reforçando a probabilidade de a sua elaboração ser posterior à da generalidade da obra. Nesta, o uso do apóstrofo não chega a tornar-se nem dominante nem regular, mesmo para d', a cujas 18

ocorrências correspondem 42 ocorrências de formas ligadas (as mais numerosas são: deste= 18; dele= 14 e donde= 5).

Em síntese, a utilização do apóstrofo na *Ortografia* faz-se quase exclusivamente à custa de palavras gráficas já consolidadas: grafias como d'este ou d'elle constituem por isso recuos de intenção genética que se mantêm além disso minoritários. Essa é uma das razões por que não se registou nenhuma ocorrência do apóstrofo na amostra da *Origem*.

Também o hífen ou traço de união (que representarei por <=>) aparece pela primeira e única vez na *Ortografia*, no capítulo final consagrado aos sinais de pontuação e a outros sinais secundários, como o trema e o asterisco. Com a forma de uma pequena chaveta horizontal sotoposta à linha e sem qualquer semelhança com o traço de translineação, é descrito como “sinal de união e ajuntamento” (72r 8), com duas funções: a primeira é assinalar que “duas dições diferêtes” ficam “feitas hũa soo”, como passa=tempo, guarda=porta, etc. (77v 22-24); a segunda é corrigir acidentes da escrita manual, como quando, “per caso ou per erro” se separou uma parte da palavra, como a última sílaba de confia-do; nesse caso, essa pequena chaveta que é o hífen ligará o “corpo” da palavra: confia=do (78r 2-7). Funções tão heterogêneas são dificilmente compatíveis com a consolidação e a generalização da função propriamente linguística do sinal; efectivamente, para além das palavras formadas por justaposição que ilustram o seu uso e que ocorrem todas na mesma área do texto, o hífen só ocorre mais uma vez na amostra, no início absoluto do texto, na definição de ortografia: “E diz se de orthos, que quer dizer directo, & grapho, screvo, como se dicessemos sciência de directa=mente screver” (1r 12-14). A opção de Leão manter-se-á esporádica, mera tentativa de solução entre a junção gráfica, que é a prática constante no *corpus*, e a separação, que o estatuto linguístico de adjectivo e substantivo justifica (Cf. Câmara, 1985, pp. 121-122) e explica a conservação do espaço em textos quinhentistas (Cf. as grafias verdadeira mente e de bõa mente, no manuscrito quinhentista do *Livro de José de Arimateia* – Castro, 1984, p. 408).

Terminarei citando Oliveira que, quando diz “sigamos uma certa regra de escrever e a mais facil” (16 1-2) aponta a necessidade de normalização; contudo, quando por “mais facil” entende a proximidade entre grafia e fonia, anuncia um caminho que não será o seguido: a regra “certa”, ou seja, não variável de escrever não será atingida, mas a evolução processar-se-á em direcção à maior constância dos limites da palavra na sua forma gráfica, que se distancia da variabilidade das suas realizações fonéticas.

VARIAÇÃO E EVOLUÇÃO DA PALAVRA GRÁFICA

NOTAS

¹ Descrição do corpus:

Primeira sincronia

1. Fernão d'Oliveira – <i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i> (1536)	23 538 oc. – 35,7%
2. João de Barros – Texto contínuo da “Cartinha”(1539), <i>Grammática da lingua Portuguesa</i> , incluindo o “Diálogo em louvor da nossa linguagem” (1540)	24 549 oc. – 37,3 %
Soma	48 087 oc. – 73,1 %

Segunda sincronia

3. Pêro de Magalhães de Gândavo – <i>Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthografia da lingua Portuguesa com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua</i> (1574)	2 097 oc. – 3,1%
4. Duarte Nunes de Leão – <i>Orthographia da Lingoa Portuguesa</i> (1576)	8 698 oc. – 13,5%
5. Duarte Nunes de Leão – <i>Origem da Lingoa Portuguesa</i> (1606)	6 684 oc. – 10,1%
Soma	17 679 oc. – 26,8%

Total do corpus 65 766 oc.

N.B. As obras da primeira sincronia foram tratadas exaustivamente, enquanto as obras da segunda sincronia foram tratadas por amostra aleatória ampla (um quarto de cada texto), a que se acrescentaram alguns fragmentos, seleccionados segundo critérios gerais.

² Devendo o compositor gerir o espaço horizontal em que a palavra gráfica é configurada, o grau da sua projecção na delimitação das unidades gráficas não pode ser ignorado: é ele que, perante a necessidade de justificar, pode prescindir do espaço intervocabular porque os alógrafos funcionam como demarcadores, ou omitir o traço de translineação, ou recorrer a abreviaturas. Mas a sua iniciativa integra-se nos traços dominantes da tipografia coeva de que os textos impressos acusam a evolução. Nos três casos restantes, separação e junção de elementos da palavra e junção com elisão e crase, a relação entre as práticas escriturais e as concepções dos autores supõe uma grande fidelidade do compositor ao manuscrito original. Há pormenores da impressão, como o uso de letras gregas na *Gramática* de Oliveira ou as ocorrências de <v> na *Gramática* de Barros, raras mas muito a propósito, que corroboram esse juízo. Pode acrescentar-se, no caso de Oliveira, uma geral homologia entre os factos observados na *Gramática* e os documentados nos manuscritos autógrafos conservados na Biblioteca Nacional de Paris (Cf. Paiva, 1988). A identificação segura dos compositores é uma peça fundamental no processo da determinação da genuinidade do texto impresso; mas esse objectivo, ainda não alcançado, é talvez inatingível se o que os individualiza não é a presença ou a ausência de uma variante, mas a variação das frequências das mesmas variantes (Cf. H. Dias e I. Castro, 1977, pp.113-118), o que, mesmo tratando-se de variantes gráficas, é muito mais consentâneo com a natureza da variação, tal como a descreveu Labov.

BIBLIOGRAFIA

- BEAULIEUX, Ch. (1927) – *Histoire de l'Orthographe Française*. Paris, 2 vol.
- CAMARA Jr, J. Mattoso. (1985) – *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 4ª ed.
- CASTRO, I. (1984) – *Livro de José de Arimateia (Estudo e edição do Cod. ANTT 643)*. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutor em Linguística Portuguesa. Lisboa, Faculdade de Letras
- CATACH, N. (1968) – *L'Orthographe Française à l'Époque de la Renaissance (Auteurs - Imprimeurs - Ateliers d'Imprimerie)*. Paris
- CATACH, N., org. (1995) – *Langue Française*, N° 108, *La variation graphique et les rectifications de l'orthographe française*
- CHISS, J.-L. e PUECH, Ch. (1983) – “La linguistique et la question de l'écriture: enjeux et débats autour de Saussure et des problématiques structurales”, *Langue Française*, N° 59, *Le signifiant graphique*, Paris, p. 5-24

- CINTRA, L. F. Lindley (1959) – *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu Confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o Estudo do Leonês e do Galego-Português do século XII*. Lisboa.
- COSTA, A. de Jesus da (1983) – *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*. 2ª ed., Braga.
- CUNHA, Celso (1982) – “Hiato, sinalefa e elisão na poesia trovadoresca”, “A linguagem poética portuguesa na primeira metade do século XVI: hiato, sinalefa e elisão nas éclogas de Bernardim Ribeiro e no Crisfal”, *Estudos de Versificação Portuguesa (séculos XII a XVI)*, Paris, p. 1-82 e 299-319.
- DIAS, H. Marques e CASTRO, I. (1977) – “A edição de 1516 do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende”, *Revista da Faculdade de Letras, IV Série, 1976-77, Nº 1*, p. 93-125
- KUKENHEIM, L. (1932) – *Contributions à l’Histoire de la Grammaire Italienne, Espagnole et Française à l’époque de la Renaissance*, Amsterdam.
- McMURTRIE, D. C. (1982) – *O Livro, Impressão e Fabrico*, trad., 2ª ed., Lisboa.
- MEILLET, A. (1970) – *La Méthode Comparative en Linguistique Historique* (1ª ed.: 1924). Paris
- NEBRIJA, A. de – *Gramática de la Lengua Castellana*. Edición de A. QUILIS, Madrid, 1980.
- PAIVA, M. Helena (1985) – “Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas”, *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.
- (1988) – “Fernão d’Oliveira e a fixação do padrão linguístico: a língua da *Gramática* à luz da comparação com outros textos”, comunicação apresentada ao Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística, Homenagem a L.F. Lindley Cintra, Maio de 1988, Lisboa, a figurar nas *Actas*.
- (1995) – “Changement perpétuel et Grammaire: la réponse de Fernão d’Oliveira”, comunicação apresentada ao Colóquio “Du Moyen Age à l’Époque de Gil Vicente (1096-1536) à la mémoire du Professeur L. F. Lindley Cintra, mars 1995, Paris”, a figurar nas *Actas*.
- (1996) – “Le traitement informatique du discours grammatical (XVI e siècle portugais): du rapport entre objet et méthode et de sa répercussion sur les résultats”, comunicação apresentada ao colóquio “La variation linguistique et textuelle, en l’honneur de Jean Roudil, Paris”, a publicar no nº 21 dos *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*.
- QUILIS, A. – Ver A. de Nebrija
- ROBERTS, K. S. (1940) – *Orthography, Phonology and Word Study of the “Leal Conselheiro”*, Philadelphia.
- ROUDIL, J. (1978) – “Édition de texte, analyse textuelle et ponctuation”, *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, Nº 3, Paris
- VAN HOECKE, V. (1994) – “Critique textuelle et édition critique: pratique et réflexion théorique”, *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filología Románicas*, VII, Coruña, 1994, p. 965-978